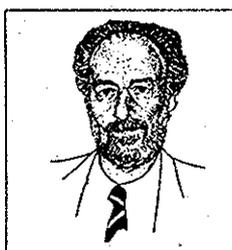


17/10/4/98 A2

WASHINGTON NOVAES

De Itaipu a Tucuruí e mais além

O racionamento de energia elétrica a que estão submetidas as populações do Sudeste, Sul e Centro-Oeste brasileiro, por causa da queda de sete torres das linhas de transmissão da energia gerada em Itaipu, bem poderia induzir as autoridades do setor a uma reflexão sobre alguns ângulos econômicos da matriz energética brasileira, suas relações com a questão ambiental e com padrões de consumo



Ficamos com os custos ambientais e energéticos para que outros países consumam a preço baixo

de outros países e as consequências para a nossa sociedade – que é quem paga as contas todas.

Não é a primeira vez que ocorre o problema. Para ficar só em acontecimentos recentes, também em novembro dez torres das linhas de transmissão haviam sido derrubadas e igualmente no Paraná. Nas duas ocasiões, o responsável foi o vento. E esta semana ele atingiu 150 km por hora, “caracterizando um tornado”.

Já há mais de uma década muitos cientistas, em várias partes do mundo, vêm estudando esse fenômeno da intensificação dos ventos, em particular, e dos chamados “desastres naturais”, em geral.

O aumento da velocidade dos ventos tem como razão principal o desmatamento. Retirada a camada vegetal, eles não encontram atrito, resistência, e aumentam a velocidade à medida que avançam pelos descampados.

Já a intensificação dos “desastres naturais” vem sendo atribuída pelos mesmos cientistas a essa e muitas outras ações humanas inadequadas. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* no mundo, publicado pelas Nações Unidas em 1994, já assinalava que esses “desastres naturais”, entre 1967 e 1991, afetaram 3 bilhões de pessoas, 80% das quais na Ásia. Morreram alguns milhões de pessoas (1,3 milhão em secas, 800 mil em ciclones, 600 mil em terremotos, 300 mil em inundações, e por aí fora), mais

2 milhões ficaram feridas. E a progressão dos desastres é inegável: houve 16 de maior porte na década de 60, foram 29 na de 70 e quase 80 na década seguinte. As perdas econômicas nesses desastres, que somaram US\$ 10 bilhões na década de 60, triplicaram nos dez anos seguintes e triplicaram de novo na década de 80, chegando a US\$ 93 bilhões. Não por acaso, a indústria mundial de seguros se tornou

aliadas dos ambientalistas, até mesmo na conferência mundial sobre mudanças climáticas, em dezembro, em Kyoto (Japão).

Se é assim, faz todo o sentido que o Ministério de Minas e Energia determine – como noticiou este jornal – uma revisão não apenas nas linhas de transmissão de Itaipu, mas em todas as linhas de transmissão a grande distância, pois a intensificação dos “desastres naturais” não se limita ao Sul.

O segundo ângulo a reexaminar seria o da influência, nesses episódios, de um modelo que opta preferencialmente por megageradores de energia elétrica, e não por um sistema descentralizado e baseado em pequenas e médias usinas. Aumentam os custos de implantação e operação, assim como se agravam os riscos na operação – qualquer acidente assume proporções calamitosas, interrompe o fornecimento a áreas imensas, como aconteceu nos dois mais recentes nas linhas de Itaipu. Além disso, modelos descentralizadores reduzem ao mínimo os custos ambientais e tornam até desnecessárias extensas e gigantescas linhas de transmissão, de altíssimo custo e que implicam elevadas perdas de energia nessa transmissão.

É curioso que agora a Eletrobrás esteja pedindo aos usuários que reduzam seu consumo e diga que, “se 6 milhões de consumidores desligarem cada um uma lâmpada de 100 watts, acabou o

problema”. Por que, então, não se estabelecem programas corajosos e permanentes de conservação de energia? Embora correto e valioso, o Procel, a quem cabem essas iniciativas, só planeja economizar um quarto de 1% da energia consumida ao longo de um ano, para chegar ao final de 20 anos com uma economia total equivalente a 5% do consumo de hoje – menos que o crescimento anual previsto.

Custa algumas vezes menos economizar um quilowatt de energia que produzir um “novo” – todos os técnicos sabem. E os EUA, por exemplo, que tanto nos servem de modelo, nos 15 anos entre o choque do petróleo de 1973 e 1998 viram sua economia crescer quase 40% sem aumentar um só quilowatt no seu consumo de energia elétrica – com programas de racionalização e conservação. Aqui, como podemos esbanjar, só calculamos a demanda de energia pelo consumo no chamado horário de pico, umas três horas diárias. E planejamos mais e mais investimentos em megasusinas, fazendo de conta que não há uma sobra considerável nas demais 21 horas do dia e, principalmente, durante a noite. Por isso mesmo, até o deputado Delfim Netto – que ninguém chamaria de ambientalista radical ou neoludita – já propôs um remanejamento de horário de atividades e mesmo um segundo turno de atividade industrial, no período noturno.

Não exigiria nenhum investimento em obras e equipamentos fixos, daria mais emprego e aumentaria a produção e a produtividade (pois a energia custaria menos nesse horário). Elementar, Watson.

Não bastasse isso tudo, ainda seria necessário examinar a expansão acelerada da geração nesse quadro, em grande parte para atender a certos setores como o do alumínio – um tipo de produção que praticamente todos os países do Primeiro Mundo estão abandonando, dados os altos custos ambientais (vide usina de Serra da Mesa) e econômicos (no alumínio, a energia responde por quase 50% do custo final). O Japão, por exemplo, que produzia mais de 1 milhão de toneladas/ano de alumínio, reduziu a produção a apenas 47 mil, destinadas ao estoque estratégico. E importa o restante. Enquanto isso, nós estamos aumentando a produção, exatamente para atender ao consumo desses países. E subsidiando por longos períodos a produção – gerando um déficit de centenas de milhões de dólares que a Eletrobrás não sabe a quem repassar, pois o Tesouro Nacional, apertado com o processo de ajuste fiscal, não quer mais bancar.

Quanto ao custo ambiental, basta lembrar as barbaridades de Serra da Mesa, que vai produzir pouco mais de mil MW, mas acumula água suficiente para regularizar o fluxo do Rio Tocantins e permitir a construção de várias outras médias unidades e uma das grandes, a segunda casa de máquinas de Tucuruí. E agora já se fala de novo em Belo Monte, como daqui a pouco se vai falar em Santa Isabel e mais e mais.

Ficamos, portanto, com os custos ambientais e com os custos energéticos, para que outros países possam manter seu alto padrão de consumo – a baixo custo.

Já passou da hora de organizar uma discussão mais ampla sobre esses temas com toda a sociedade brasileira (que paga as contas, é preciso repetir), e não apenas com interessados na compra de ativos nas privatizações, nos subsídios e nas obras de novas usinas.

